



Direcção Geral de Arquivos

# Arquivo Distrital de Faro

## Destaques:

- O lançamento da Rede de Arquivos do Algarve

- Digitalizar uma nova ferramenta de descrição de arquivo

- Arquivística parte do problema ou parte da solução?

Alguns números sobre serviços prestados de Janeiro a Abril de 2009

Nº de leitores: 591  
Nº de docs. solicitados: 3067  
Nº de certidões emitidas: 175

## Nesta edição:

### Editorial

Digitalizar uma nova ferramenta de descrição de arquivo

A evolução do Arquivo Municipal de Tavira

Arquivo Municipal de Vila do Bispo

Arquivística, parte do problema ou parte da solução?

Desafios da profissão na actualidade

Apoio aos financiamentos dos serviços de arquivo – QREN

Oferta de livros

Arquivo Distrital de Faro Síntese das actividades de 2008

## EDITORIAL

É com satisfação que escrevo este editorial já que dois importantes acontecimentos para os arquivos e arquivistas que trabalham no Algarve se estão a desenrolar, um tendo o seu clímax em Alcoutim, nos dias 15 e 16 de Maio de 2009, o I Encontro de Arquivos sob o tema da “Valorização do Património Histórico do Algarve”, e o outro o início das tarefas conducentes à implementação da “Rede de Arquivos do Algarve”.

I

O I Encontro de Arquivos procura aprofundar o conhecimento sobre os arquivos algarvios e sobre o progresso e a investigação histórica, geográfica e de outras ciências que procuram os documentos de arquivo como fontes e suportes para um melhor conhecimento do Algarve.

As entidades organizadoras do I Encontro de Arquivos têm como objectivo aumentar a visibilidade dos arquivos algarvios, que para além de imprescindíveis para a administração e a gestão das instituições, constituem um recurso cultural e um elemento fundamental da civilização e da cultura dos povos. São por isso um factor importantíssimo de desenvolvimento da sociedade algarvia, ao propiciarem, entre outros benefícios: o aprofundamento da identidade local e regional, o apoio às instituições de ensino e o apoio ao turismo cultural.

Para além da erudição, pesquisa científica e administração, os arquivos também se abrem ao cidadão comum. O conhecimento do meio local e da sua cultura permitem o desenvolvimento do seu sentido crítico e da compreensão solidária por aquilo que o rodeia.

É por todas estas razões que se revela importante a participação de todos aqueles que de algum modo estejam ligados aos arquivos, profissionalmente ou como investigadores da história local, patrimonial, genealógica ou de outras especialidades que necessitem dos arquivos como fontes para um melhor conhecimento do Algarve.

II

A Rede de Arquivos do Algarve foi tema da reunião realizada no dia 3 de Abril de 2009, no Arquivo Distrital de Faro, em que estiveram presentes 19 arquivistas que representavam 11 instituições algarvias.

## EDITORIAL

Ficou, nesta reunião, eleito um Grupo de Coordenação com a missão de preparar a proposta do texto da “Carta de Intenções” da Rede de Arquivos, de acordo com os objectivos discutidos na reunião.

Os arquivistas defrontam-se, actualmente, com grandes desafios, tanto no reconhecimento da sua profissão, que o Decreto-Lei nº 121/2008, de 11 de Junho, não veio ajudar, como profissionalmente, no que diz respeito, por exemplo, à necessidade de centrar o serviço de arquivo numa única unidade orgânica, à implementação da Gestão de Qualidade e ao avanço da Gestão Documental Electrónica em muitas instituições algarvias.

Estes são alguns dos desafios a que os arquivistas estão confrontados no seu papel de servir cada vez melhor os seus utentes internos e externos, tal como colocar os seus serviços de arquivo na vanguarda e por vezes como motores da modernização das instituições em que se inserem.

Perante estes múltiplos desafios a que se somam, muitas vezes, a incompreensão do seu papel no seio da organização por parte dos outros funcionários e direcção, o arquivista sente a necessidade de funcionar em rede com os outros colegas e instituições.

Deste modo e tendo presente a evolução que o Algarve sofreu relativamente ao número de especialistas em arquivo, com pós graduação, que era de 1 em 1998, passando a 16 neste ano de 2009, colocados como técnicos superiores em 12 instituições algarvias, parece-nos que a partilha de dúvidas, conhecimentos e ideias poderá ser fundamental para o trabalho de cada um, do todo colectivo e conferir uma maior visibilidade aos arquivos e aos arquivistas no seio das organizações e da sociedade algarvia.

Assim, foi proposta e aceite a implementação da Rede de Arquivos do Algarve que terá por objectivo dinamizar os aspectos da gestão administrativa, valorização do património e da actividade arquivística da região, sublinhando igualmente a sua importância pedagógica, recurso educativo e uma mais valia para o turismo cultural.

A Rede de Arquivos do Algarve assenta numa estrutura informal e voluntária constituída por arquivos públicos e privados algarvios, pelos arquivistas trabalhando nesta região.

Esta Rede terá uma *Carta de Princípios* onde a liberdade de adesão, a cooperação em rede, o serviço público, a ética profissional e a inovação estarão presentes.

A coordenação estará a cargo de um grupo coordenador, anualmente eleito e em rotatividade dos arquivos e dos arquivistas, que dinamizará as reuniões e os projectos comuns.

A Rede de Arquivos do Algarve pretende, também, desenvolver projectos de cooperação entre os Arquivos e promover acções das quais resultem maior eficácia e mais economia de meios.

O Arquivo Distrital de Faro colocou ao serviço da Rede a sua Página Electrónica e o seu Boletim.

João Sabóia

Director do Arquivo Distrital de Faro

### Digitarq

#### Uma nova ferramenta de descrição de arquivo!

A plataforma de software DigitArq, que veio substituir a sua antecessora Calm foi recentemente instalada no Arquivo Distrital de Faro. Foi desenvolvida conjuntamente pelo Arquivo Distrital do Porto, Direcção-Geral de Arquivos e Universidade do Minho, tendo como objectivo a simplificação e optimização do trabalho dos arquivos definitivos tanto ao nível operacional como ao nível da gestão.

Trata-se de uma plataforma livre e gratuita constituída por seis aplicações distintas que procuram satisfazer as necessidades do profissional de arquivo que vão desde a produção de auxiliares de pesquisa, à publicação na Web do seu catálogo, passando pela digitalização e gestão de produtividade. A solução assenta em quatro normas internacionais fundamentais: a ISAD(G) - International Standard Archival Description;

a EAD - Encoded Archival Description; a ISAAR - International Standard Archival Authorities Records (Corporate, Persons, Families); e a EAC - Encoded Archival Context. As duas primeiras, harmonizadas desde a publicação da versão 2002 do EAD, destinam-se a suportar a descrição e o processo de descrição arquivística. As restantes destinam-se a apoiar a produção de registos de autoridade.



A plataforma *DigitArq* está a ser distribuída em duas versões: versão **monoposto** e **cliente-servidor**.

A versão **monoposto** destina-se a pequenos arquivos com poucos recursos e/ou requisitos em termos de produção, gestão e disseminação de informação. É ideal para investigadores individuais que procuram uma solução simples para gerir os seus fundos documentais.

A versão **cliente-servidor** destina-se a arquivos de média e grande dimensão e oferece um conjunto de funcionalidades avançadas como o trabalho colaborativo, gestão de utilizadores, avaliação de produtividade, publicação de informação na Web, entre outras.

Retirado e adaptado de RAMALHO, José Carlos; FERROS, Luís Miguel; FERREIRA, Miguel – Projecto de implementação do DigitArq na DGARQ e arquivos dependentes: relatório final, 2009.

Miguel Vargas  
Arquivista do Arquivo Distrital de Faro

### Apoio ao Financiamento dos Serviços de Arquivo - QREN -

Desde 1998 que o financiamento dos serviços de arquivo municipal era apoiado pelo PARAM – Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, actualmente este apoio passou para o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

O QREN não só apoia financeiramente os municípios mas também os organismos do Ministério da Cultura.

Este apoio poder-se-á ser encontrado no ponto 4.1.8. Regulamentos do POR (Programa Operacional), Eixo 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano, Regulamento Específico – Rede de Equipamentos Culturais, Artigo 4º Tipologia de Operações, ponto “2. Criação, instalação e desenvolvimento de serviços de Arquivos Públicos, de acordo com as especificações técnicas definidas no anexo B do presente regulamento;”

[http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id\\_channel=34&id\\_page=272](http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=272).

Deste modo as instituições que queiram ter acesso a este financiamento deverão seguir as orientações do Anexo B do Regulamento, enviando para a DGARQ – Direcção Geral de Arquivos o projecto de candidatura ao QREN com pelo menos os seguintes itens:

- Programa funcional para o serviço de Arquivo – para qualquer tipologia de operações;
- Pessoal afecto ao serviço de arquivo (quantidade e qualificações) – para qualquer tipologia de operações;
- Recenseamento do arquivo corrente, intermédio e definitivo, e estimativa de crescimento anual – para qualquer tipologia de operações. Convencionou-se aceitar recenseamentos que, pelo menos, identifiquem a dimensão da documentação (metros lineares) por áreas funcionais/ orgânicas do município, e diferentes fundos (se aplicável);
- Estudo prévio de arquitectura – em caso de candidatura à tipologia de operações 1 (exclusiva ou combinada);
- Dossier/informação com caracterização das instalações existentes – em caso de candidatura às tipologias de operações 2 e 3;
- Memória descritiva do projecto de digitalização – em caso de candidatura à tipologia de operações 3 (exclusiva ou combinada).

As instituições algarvias poderão contar sempre com o Arquivo Distrital de Faro para qualquer dúvida ou apoio técnico que necessitem.

João Sabóia  
Director do Arquivo Distrital de Faro

## A evolução do Arquivo Municipal de Tavira



Fachada do Arquivo Municipal de Tavira

A adesão ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos (PARAM) em 1999, apoiado pela actual Direcção-Geral de Arquivos, trouxe um novo impulso ao serviço conhecido até então como Arquivo Histórico de Tavira. Esse impulso traduziu-se na melhoria das instalações físicas, recursos materiais e humanos.

Através do PARAM foi requalificado e adaptado para arquivo um edifício doado à autarquia em 1944 por António Cabreira, para aí se instalar uma Biblioteca, um Museu ou um Arquivo. Este imóvel, localizado junto a uma das saídas da Ponte Antiga sobre o Rio Gilão e classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 1/86 de 3 de Janeiro), serviu de instalações para a Biblioteca e para o Arquivo Histórico até Agosto de 2000. Após a conclusão das obras de reabilitação e adaptação a arquivo, este edifício acolheu o Arquivo Municipal, inaugurado a 24 de Junho de 2001.

Entre 1998 e 2000, foram dados os primeiros passos em direcção a uma gestão integrada, tendo em 2000 sido implementadas internamente as medidas necessárias: a adopção de formulários e procedimentos de transferências documentais, a implementação de normas de controlo e acesso à documentação e a proposta do projecto do Regulamento do Arquivo Municipal, publicado em 2001.<sup>1</sup>

A integração no serviço de mais recursos humanos foi fundamental para o crescimento do Arquivo Municipal, que agrupava desde 1999 uma técnica superior de arquivo e dois assistentes administrativos, tendo um deles sido reconvertido a técnico profissional em 2004. Assim, em 2005 o serviço cresceu com a transferência de um funcionário sem formação na área, mas com capacidades de aprendizagem úteis. A contratação de outro técnico profissional de arquivo no final de 2006 completou a equipa de trabalho. Na memória da história do Arquivo ficará a recordação do Sr. Fernando Cavaco Silva, guardião da documentação em fase intermédia que, em 1985, passou o testemunho ao Sr. Adalberto Brito, assistente administrativo.



Pormenor da porta de entrada do Arquivo Municipal de Tavira

A partir de 2006 o Arquivo Municipal de Tavira teve um incremento da sua actividade, fruto do aumento dos seus recursos humanos, da estabilização ao nível das instalações e das medidas implementadas junto dos serviços e do público. Assim, para além do trabalho técnico, foram assumidas iniciativas pontuais como a divulgação de um documento por mês no site da autarquia,<sup>2</sup> a dinamização do projecto de recolha de imagens fotográficas, a organização de visitas guiadas solicitadas pelas escolas, uma mostra documental e uma exposição (ambas em 2007). Actualmente, a prioridade é a descrição documental da documentação em fase histórica, de acordo com as normas vigentes.

A missão deste serviço passa também pelo apoio na organização de arquivos de instituições locais e que resultou na celebração de um protocolo de apoio à organização do arquivo da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo.

Para ilustrar o papel do Arquivo na protecção e salvaguarda do património arquivístico local, pode-se destacar a doação de documentação do Arraial Ferreira Neto, do espólio da família de Manuel Virgínio Pires e a recolha de documentação de um antigo lagar de azeite.

Apesar de se encontrarem referências ao arquivo nas actas da Câmara do século XIX, a visibilidade deste serviço passou a ser notória no século XXI, muito por acção do PARAM, mas também pela sensibilidade e consciencialização do executivo camarário para a importância do arquivo na autarquia e na sociedade.

1 - Edital n.º 466/2001 (2ª série) – AP, D.R. n.º 276, II Série de 28 de Novembro de 2001, apêndice n.º 132.

2 - <http://www.cm-tavira.pt/cmt/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=194&meid=197>



Pormenor do interior do Arquivo Municipal de Tavira.

Isabel Dias Salvado  
Arquivista do Arquivo Municipal de Tavira

## Arquivo Municipal de Vila do Bispo

A Arquivística, como ciência auxiliar no tratamento da informação e suporte essencial das organizações, ao nível da sua optimização funcional, é considerada imprescindível no actual panorama da sociedade de informação em que estamos integrados.

Neste sentido, surge a necessidade relacional intrínseca entre o arquivista e todos os utilizadores de documentação, em qualquer tipo de organizações e para qualquer tipo de usufruto informacional. O técnico de arquivo, através da realização de várias operações técnicas de tratamento da informação, contida em suportes variados, permite ao utilizador, também ele diferenciado, aceder e usufruir daquela com total segurança, fiabilidade e integridade, conduzindo eficazmente ao fim que levou à sua pesquisa.

A experiência do arquivista tem, neste quadro, papel fundamental para compreender intelectual e fisicamente o sistema de informação em que se insere. A fase de reconhecimento do espaço, a forma como a documentação está organizada e instalada, no caso da existência de um sistema implantado, as condições ambiente (interior/exterior), o estado de conservação dos documentos até à finalidade da utilização destes (valor documental/perfil do utilizador), permite ao técnico avaliar a situação e dar início ao trabalho de planeamento e execução de uma política arquivística, de acordo com os objectivos e metodologias traçadas, tendo sempre em vista proporcionar o acesso eficaz à documentação.

O caso do Arquivo Municipal de Vila do Bispo enquadra-se justamente nesta condição. Dotado de óptimas condições (ambiente, estanteria, acesso, pessoal), permite ao técnico de arquivo desenvolver o seu trabalho de forma facilitada e executar todas as tarefas técnicas inerentes à função.

Na fase embrionária em que se encontra o sistema de informação, torna-se indispensável, depois de uma avaliação preliminar de reconhecimento do espaço e da documentação (metragem do espaço total e taxa de ocupação), implantar um sistema de identificação das estantes e prateleiras que albergam a documentação. Tarefa que facilitará a etapa de cotagem, descrição arquivística e a operação de selecção e avaliação documental, fundamental para uma boa gestão espacial e organizacional na utilização dos documentos e do seu valor informativo.



Fachada principal do Arquivo Municipal de Vila do Bispo

Com um depósito com capacidade para 1096 ml de documentação, dotado de estanteria fixa e móvel, optou-se por reservar um espaço próprio para cada divisão municipal, tendo em consideração o facto relativo à produção documental de cada serviço, estabelecido consoante a actividade produtiva de documentos. Da capacidade total, cerca de 153 ml, ou seja, 14% do total, estão reservados para documentação definitiva, com valor histórico e patrimonial para o Concelho de Vila do Bispo. O restante espaço funciona como arquivo intermédio, contendo documentação de consulta pontual pelos diversos serviços municipais. Na sala de leitura, existe igualmente uma biblioteca de apoio de assinalável qualidade, desde temáticas arquivísticas, História geral, História de Arte, Cultura Material e monografias sobre o concelho e toda a região algarvia.

Em termos futuros, e de forma bastante sintética, as prioridades passam pela gestão do espaço em depósito, com o objectivo de seleccionar e avaliar toda a documentação, de modo a que o Arquivo possa eliminar e posteriormente receber remessas de documentação, derivada da produção camarária; pelo tratamento e inventariação do acervo histórico, que, numa primeira abordagem, revelou extrema qualidade, e finalmente dinamizar o espaço público, com a realização de eventos, como exposições, oficinas pedagógicas, visitas escolares e todo o tipo de iniciativas que permitam contribuir para uma maior sensibilidade da comunidade face à importância da cultura em geral e dos Arquivos em particular, que devem ser tudo menos sistemas fechados em si mesmo.

Nuno Marques  
Arquivista do Arquivo Municipal de Vila do Bispo

## Arquivística, parte do problema ou parte da solução ? Desafios da profissão na actualidade

*Todos somos actores no mesmo cenário e sendo Arquivistas deveremos reflectir profundamente, para que nos tornemos parte da solução*

A época que atravessamos oferece-nos um conjunto de dificuldades que teremos de enfrentar. Assistimos ao derrocar de um sistema financeiro, construído por um modelo liberal triunfante, nascido no pós-guerra e que apresenta fissuras irreparáveis. É neste contexto que surgem medidas de apoio, até hoje impensáveis, por parte de todos os governos. Todos os momentos históricos devem preceder períodos de reflexão, este, mais que nunca, clama por essa atenção.

Portugal possui hoje um dos quadros legais mais avançados da Europa, com falhas claro, mas com leis que salvaguardam direitos e garantias dos cidadãos. Apesar disso, carregamos ainda o fardo “patológico” de uma administração lenta e labiríntica.

Se por um lado as leis criam ambientes propícios ao dinamismo, por outro as administrações fazem pesar a sua estrutura nos procedimentos vertidos da lei. O código de procedimento administrativo, bem como outras leis que o interpenetram, ou com ele se cruzam, apresentam-se ao cidadão como pesadelos difíceis de enfrentar. Quando um governo necessita de legislar correctivamente, anulando o estipulado em artigos de leis que deveriam promover a transparência, alegando a necessidade de atribuir maior celeridade aos processos, nunca essa acção se constitui como uma boa notícia. Estaremos perante um cenário em que se assume a falência da lei, na sua inadequação à realidade das organizações e procedimentos que regula e quando assim é estaremos sempre perante um contexto preocupante. Não devemos pois, eximir-nos de qualquer responsabilidade. Todos somos actores no mesmo cenário e sendo Arquivistas deveremos reflectir profundamente, para que nos tornemos parte da solução.

Ora, o Arquivista depara-se hoje no seio de qualquer organização, pública ou privada, com uma torrente de informação difícil de gerir. Apesar da transversalidade dos problemas, é no sector público que nos devemos concentrar, uma vez que são questões que ali nascem que afectarão todos os estratos da sociedade.

Existe na nossa época uma necessidade de rapidez e eficiência nunca antes sentida, o que leva a que as leis por vezes se tornem desadequadas muito rapidamente. Entenda-se que esta desadequação pode, e deve ser vista, como um atrito impeditivo de uma resposta eficaz à sociedade e às suas organizações. Contudo, as leis devem manter a sua capacidade de “regular” o cenário social. Infelizmente, a lei, por vezes não responde eficazmente às emergentes necessidades do cidadão. Facto que, em cenários de crise, torna as suas consequências mais visíveis. É respondendo a estes problemas que os governos suspendem artigos, criam novos articulados, tentando reorganizar regras que ultrapassem a máquina administrativa dos organismos que por elas se devem organizar. Programas como o SIMPLEX, o PRACE, servem para reinventar a administração pública, adaptando-a a uma nova realidade. Infelizmente, grande parte destas medidas exige mudanças. É nesta mudança que reside o problema para as organizações. Apenas assim, se explica o interesse de quem decide em evitar a complexidade da máquina administrativa. Podemos dar como exemplo a simplificação dos concursos nas obras públicas, no contacto e acesso ao licenciamento, no diálogo fiscal e até mesmo no acesso aos documentos da administração. A nova lei de acesso aos documentos da administração é mais uma prova da preocupação dos governos em acelerar e lutar “contra” a máquina administrativa. No seu louvável caminho, esta lei encerra, contudo, alguns problemas. Serão estes a génese das dificuldades que iremos sentir, uma vez que os arquivistas, um pouco por toda a parte, terão que responder com eficácia ao novo articulado da lei. Quando a frase «Todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos», se constitui como premissa fundamental da lei, percebemos que o decisor tenta “dobrar” de uma vez por todas as más práticas da administração.

Numa época em que muito prejuízo causa a lentidão de processos, principalmente nos licenciamentos de diversas actividades, por parte da administração central e local, medidas como esta serão sempre aplaudidas pelo cidadão.

Surge então, a gestão, um conhecimento relevante nos nossos dias, para onde se olha

---

*Existe na nossa época uma necessidade de rapidez e eficiência nunca antes sentida, o que leva a que as leis por vezes se tornem desadequadas muito rapidamente.*

---

**PRACE**

Programa de  
Reestruturação  
da Administração Central



---

*o Licenciado em Gestão ou Técnico de Informática levam a melhor ao Arquivista, uma vez que conseguem quantificar as perdas. Mostram quanto se pode ganhar financeiramente com as medidas que pretendem implementar. O Arquivista deve aprender com esta postura*

---

quando se pretende solucionar qualquer problema. Neste ambiente, encontramos o Gestor de Informação que deve responder com eficácia no seio da organização em que se insere. Neste “combate”, o Licenciado em Gestão ou Técnico de Informática levam a melhor ao Arquivista, uma vez que conseguem quantificar as perdas, mostrando, em simultâneo, quanto se pode ganhar financeiramente com as medidas que pretendem implementar. O Arquivista deve aprender com esta postura e mostrar, também ele, o quanto se perde por não existir uma gestão de arquivos eficiente. Calcular o custo/benefício do investimento na gestão de informação e optimização das estruturas de arquivo. Apresentar esses resultados ao decisor, com o objectivo de contribuir, activamente, para a optimização da prestação de serviços do seu organismo. É este o caminho a seguir nos nossos dias, sob pena de extinção da nossa profissão.

Paulo Mariz Lourenço  
Arquivista do Arquivo Distrital de Faro

## OFICINAS EDUCATIVAS

Uma proposta de aventura, para uma manhã ou um dia, numa mistura de investigação (quase policial), charada e estudo! Explorar a informação dos documentos de arquivo: (anotar os contactos e mencionar o procedimento a efectuar para realizar a inscrição).



. “Seguindo o rasto de uma família algarvia ...”

OU

. “Espreitando as profissões dos homens e das mulheres algarvios na 2ª metade do século XIX.”

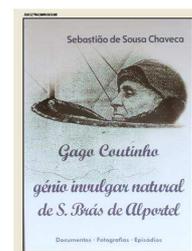
**Para marcações e inscrições contactar:**

Arquivo Distrital de Faro  
Rua Coronel António dos Santos Fonseca 8000-257 Faro  
Telef. / 28 981 06 40  
Fax / 28 980 15 25  
Endereço electrónico: paulo.mariz@adfro.dgarq.gov.pt

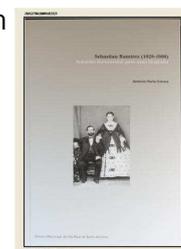
## Oferta de livros para a Biblioteca do Arquivo Distrital de Faro

O Arquivo Distrital de Faro recebeu duas obras que contribuirão para o enriquecimento da sua biblioteca de temas algarvios. Este organismo exorta o empenho e disponibilidade dos autores para a construção do edifício cultural da região algarvia, agradecendo encarecidamente este contributo.

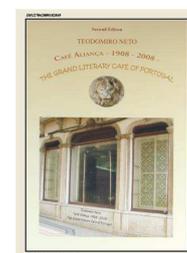
Chaveca, Sebastião de Sousa (2008). Gago Coutinho génio invulgar natural de São Brás de Alportel. S.I.: Ed. Autor.



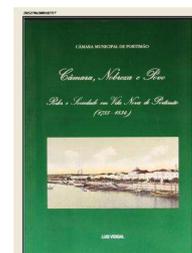
Correia, António Horta (2008). Sebastian Ramiréz (1828-1900) Subsídio documental para uma biografia. Vila Real de Santo António: Ed. Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.



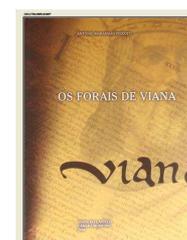
Neto, Teodomiro (2008). Café Aliança 1908-2008 Um século de história da cidade. Faro: Aliança.



Vidigal, Luis (1993). Câmara Nobreza e Povo poder e sociedade em Vila Nova de Portimão. Portimão: Câmara Municipal de Portimão.



Peixoto, António Maranhão (2008). Os Forais de Viana. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.



## Arquivo Distrital de Faro

### Síntese das actividades de 2008

#### Recursos humanos

O Arquivo Distrital de Faro após 23 de Junho, tomada de posse do actual Director, possui os seguintes funcionários:

- Técnicos Superiores de Arquivo: 2
- Técnico Profissional de Arquivo: 2 (1 a meio tempo)
- Assistente Administrativa: 1
- Auxiliar Administrativa: 2
- Auxiliar Técnica de BAD: 1

#### Recursos Financeiros

Em 2008 o Orçamento era de 213 940,00 euros, sendo de 151 600,00 euros nas rubricas "01..." [Pessoal].

- "02.02.01 Encargos das instalações" = 7 000 euros
- "02.02.03 Conservação de bens" = 4 000 euros
- "02.02.09 A, B, C, F00 Comunicações" = 3 300 euros

#### Objectivos

##### 1. Melhorar a qualidade dos serviços prestados ao utilizador

**Indicador:** Inquérito à satisfação do utilizador realizado anualmente

**Meta:** 3 (escala de 1 a 5)

**Superação:** 4 (escala de 1 a 5)

##### **Resultados e fundamentação:**

- Dos Inquéritos de Satisfação do Utente preenchidos resultou o valor de 4,29 numa escala de 1 a 5.
- As perguntas realizadas foram as seguintes:
  - a) Simpatia e cortesia dos funcionários
  - b) Profissionalismo dos funcionários
  - c) Tempo de espera para ser atendido
  - d) Atendimento telefónico
  - e) Limpeza e higiene do edifício
  - f) Manutenção e funcionamento dos equipamentos disponíveis aos utilizadores

##### 2. Aumentar a disponibilidade e acessibilidade à informação de arquivo

**Indicador:** Número de registos validados introduzidos no CALM

**Meta:** 7300 registos

**Superação:** 8200 registos

##### **Resultados e fundamentação:**

- Os registos no CALM realizados durante o ano de 2008 foram de 9. 109.
- A partir de Julho de 2008 todos os registos passaram a ser controlados mensalmente, no que respeita ao seu número e aos erros que se possam ter cometido, que eram corrigidos de imediato.
- Para além dos registos efectuados para o CALM, tem-se procurado que todos os documentos sob custódia do Arquivo Distrital tenham disponível na Sala de Leitura um inventário ou pelo menos a guia de remessa.

##### 3. Melhorar a recuperação da informação solicitada pelo utilizador

**Indicador:** Média de minutos entre a entrada do requerimento na Sala de Leitura e a entrega do original do documento ao requerente

**Meta:** <20 minutos

=

**Superação:** <10 minutos

=

## Arquivo Distrital de Faro

### Síntese das actividades de 2008

#### Resultados e fundamentação:

- A média relativa à resposta da Sala de Leitura, 1 Julho a 31 de Dezembro, foi de 5 minutos.
- O Mapa Estatístico da Sala de Leitura foi introduzido em Julho de 2008.
- O tempo médio encontrado é significativo no que respeita à organização dos documentos mais solicitados, como os paroquiais e os notariais, no entanto também nos chamou a atenção para a instalação física de outros fundos que necessitam de uma lógica mais adequada.
- Iniciou-se, também, a implementação de cotas topográficas já experimentadas, com êxito, no Arquivo Municipal de Loulé e que se prevê levarem a uma recuperação mais simples e rápida dos documentos.

#### 4. Incrementar acções de extensão cultural

**Indicador:** Apresentação de propostas implementadas

**Meta:** 2 propostas / ano

**Superação:** 3 propostas / ano

#### Resultados e fundamentação:

- A Extensão Cultural atingiu os objectivos ao desenvolver, ao longo de 2008:
  - . 3 Visitas de Estudo;
  - . 3 Boletins do Arquivo Distrital de Faro;
  - . Cedência de documentos à Exposição da Comemoração dos 100 anos do Município de Olhão;
  - . Integra activamente a organização e é um dos organizadores do 1º Encontro de Arquivos no Algarve, a realizar em Março de 2009;
  - . Publicou no Caderno de Artes do jornal Postal do Algarve, nº 903, 28 de Agosto de 2008, um artigo “Os Arquivos”, de duas páginas, onde o Arquivo Distrital, a sua história, importância e objectivos estão descritos, com fotografias.

#### Arquivo

Uma das tarefas mais importantes neste sector é o de disponibilizar aos utentes deste Arquivo Distrital e a todos aqueles que necessitam dos documentos aqui depositados instrumentos de descrição a fim de toda a documentação seja encontrada num mínimo tempo.

Deste modo procurou-se progredir nas seguintes áreas:

- 1— Aumentar a disponibilidade e acessibilidade à informação de arquivo: 9. 109 registos validados e introduzidos no CALM.
- 2— Construção de inventários a partir do CALM e disponibilizá-los na Sala de Leitura: GF Paroquiais.
- 3— Construção do guia auxiliar para a descrição normalizada em ambiente CALM do GF Notariais.
- 4— Construção do guia auxiliar para a introdução das cotas topográficas.
- 5— Melhorar a recuperação da informação solicitada pelo utilizador através do controlo do tempo desde a entrada do requerimento na Sala de Leitura até a entrega do original do documento ao requerente: De 1 Julho a 31 de Dezembro foi de 5 minutos.
- 6— Melhorar a qualidade dos serviços prestados ao utilizador através inquérito à satisfação do utilizador realizado anualmente: 4,29 valores.
- 7— Construção de instrumentos de controlo:
  - Mapa de controlo mensal de registos do CALM;
  - Mapa de estatística da Sala de Leitura;
  - Mapa de incorporação de documentos.

## Arquivo Distrital de Faro

### Síntese das actividades de 2008

#### Incorporações

Durante o ano de 2008 foram realizadas as seguintes incorporações:

<b>Judicial</b>				
Proveniência	Volume			Data
	M/L	UI	Processos	
Vila Real de St.º Ant.º	55,1	352	8333	15-01-2008
Olhão	29,5	177	3311	24-01-2008
Loulé	37,35	249	2225	18-02-2008
Lagos	41	205	5992	07-05-2008
Faro	85	531	4879	12-06-2008
Vila Real de St.º Ant.º	50,2	319	3541	26-06-2008
Loulé	59,17	317	4740	08-07-2008
Portimão	22	120	1282	07-10-2008
Faro	22,54	163	1884	11-12-2008
Loulé	22,5	150	1224	17-12-2008
<b>Total</b>	<b>424,36</b>	<b>2583</b>		

<b>Notarial</b>			
Proveniência	Volume		Data
	M/L	UI	
Castro Marim	3,14	149	16-10-2008
Lagos	14	777	29-10-2008
<b>Total</b>	<b>17,14</b>	<b>926</b>	

#### Cooperação e apoio técnico

Também é de referir o apoio técnico que o Arquivo Distrital de Faro deu a diversas autarquias, tais como:

- Portimão: relativo a documentos para eliminar e ajuda na feitura do Regulamento do Arquivo Municipal, onde para além de uma reunião no Arquivo Distrital, houve diversa correspondência, o Regulamento já foi aprovado pela autarquia.
- Albufeira: relativo a documentos para eliminar.
- Loulé: relativo a documentos para eliminar e apoio quanto à organização do Arquivo Municipal.
- Às instituições que têm solicitado e realizado incorporações.

A ligação à sociedade algarvia iniciou-se, através de artigos de jornais, como já foi referido, e estabelecendo pontes com instituições, tais como:

- Globo Algarve: Cooperação já estudada nas áreas informáticas e outros projectos.
- Câmara Municipal de Faro: Cooperação ainda a estudar, mas com contactos já realizados e aceites.
- Associação Alcance: organização do 1.º Encontro de Arquivos no Algarve: valorização do Património Histórico do Algarve.
- Direcção Regional da Cultura do Algarve: organização do 1.º Encontro de Arquivos no Algarve: valorização do Património Histórico do Algarve, e já foram dados os primeiros passos relativos à cooperação quanto aos documentos dessa Direcção depositados no Arquivo Distrital.

#### Comunicação e difusão

Relativamente aos serviços prestados pelo Arquivo Distrital transformados em números, são os seguintes:

- Sala de Leitura: 1876 leitores requereram documentos
- Certidões passadas: 669
- Fotocópias tiradas: 8029

## Arquivo Distrital de Faro

### Síntese das actividades de 2008

- Solicitações de serviços por – ofício: 253
  - Telefone: 62
  - Fax: 46
  - Correio electrónico: 164
- Boletins Informativos editados digitalmente: 3
- Publicação de artigo: no Caderno de Artes do jornal Postal do Algarve, nº 903, 28 de Agosto de 2008, um artigo “Os Arquivos”, de duas páginas, onde o Arquivo Distrital, a sua história, importância e objectivos estão descritos, com fotografias.
- Participação com comunicações:

SABÓIA, João – **Arquivo Municipal de Loulé: do PARAM à Certificação de Qualidade**, integrado no **XI Encontro Nacional de Arquivos Municipais**, que decorreu no Auditório da Fundação Eugénio de Almeida, organizado pela Comissão Permanente do Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) e pelo Arquivo Municipal de Évora, Évora, 14 de Novembro de 2008.

SABÓIA, João – **A imagem dos inimigos de Portugal durante as confrontações militares do século XVIII**, integrado no Simposio Internacional **Extranjeros y enemigos en Iberoamérica: la visión del otro**, que decorreu no Centro Cultural Casa Grande de Ayamonte, do Ayuntamiento de Ayamonte, organizado pela Asociación de Estudios Iberoamericanos y Colombianos "Rábida", Universidad de Huelva. Grupo de Investigación (hum-785) y proyecto de i+d hum 2007-60178 del Ministerio de Educación y Ciencia y Ayuntamiento de Ayamonte, de 24 a 26 de Outubro de 2008.

SABÓIA, João – **O papel dos mareantes nos confrontos militares em África e na costa algarvia, privilégios alcançados e o reflexo destes conflitos sobre a imagem das comunidades muçulmanas algarvias (século XVI-XVIII)**, integrada na **X Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna**, que decorreu na Universidade de Santiago Compostela e Ferrol, Espanha, de 11 a 13 de Junho de 2008.

### Os Depósitos

Relativamente aos documentos e fundos que se encontram nos Depósitos e a sua metragem no fim de 2008 totalizam: 3 836,74 metros, apresentamos em forma de gráfico os dados apurados:

#### Depósito 2.1

Fundo	Medidas (m.l)
Biblioteca	122
Biblioteca – Livro Antigo	11
Biblioteca – Periódicos	40
Diários da República	82
Junta Autónoma das Estradas – Mapas	2 mapotecas horizontais de 5 gavetas cada
Paroquiais – Microfilmes	2 arquivos de metal de 8 gavetas cada

#### Depósito 2.2

Fundo	Medidas (m.l)
Assembleia Distrital de Faro	61
Notariais	605
Paroquiais	106
<b>TOTAL</b>	<b>772</b>

## Arquivo Distrital de Faro

### Síntese das actividades de 2008

#### Depósito 3.1

Fundo	Medidas (m.L)
Bombeiros Voluntários de Faro	12
Bombeiros Voluntários de Lagos	0,09
Bombeiros Voluntários de Vila Real de St.º António	0,16
Companhia de Pescarias do Algarve (Medo das Cascas/Tavira)	76
Compromissos Marítimos do Algarve	9
Direcção de Finanças do Distrito de Faro	33,60
Fundos Particulares	0,41
Junta Autónoma das Estradas	74
Móveis Bexiga	15
5.ª Circunscricção Industrial	12,50
Tribunal Judicial da Comarca de Faro	45
Tribunal Judicial da Comarca de Lagos	51
Tribunal Judicial da Comarca de V. R. Santo António	83
<b>TOTAL</b>	<b>427,6</b>

#### Depósito 3.2

Fundo	Medidas (m.L)
Governo Civil de Faro	410
Tribunal Judicial da Comarca de Faro	135
Tribunal Judicial da Comarca de Lagos	25
Tribunal Judicial da Comarca de Loulé	316
<b>TOTAL</b>	<b>886</b>

#### Depósito 4.1

Fundo	Medidas (m.L)
Câmara Municipal de Faro	273

#### Depósito 4.2

Fundo	Medidas (m.L)
Actas da Câmara Corporativa (1 vol.)	0,04
Anuário da Direcção Geral de Administração Política e Civil	2,30
Casas dos Pescadores (Olhão; Tavira)	91
Colecção de Legislação Portuguesa	4
Diário das Câmaras dos Deputados	4,35
Diários do Governo	25
Diários da República (Angola, Cabo Verde, etc.)	31
Diário das Sessões da Assembleia Nacional	4,30
Faro, Capital Nacional da Cultura	2,50
Junta Distrital	67,80
Notariais (emolumentos, sinais, etc.)	70
Tribunal Judicial da Comarca de Albufeira	51,45
Tribunal Judicial da Comarca de Faro	81,50
Tribunal Judicial da Comarca Lagos	66
Tribunal Judicial da Comarca Olhão	187,50
Tribunal de Família e Menores e Comarca de Portimão	174,20
Tribunal Judicial da Comarca de V. R. Santo António	58,65
<b>TOTAL</b>	<b>921,59</b>

## Arquivo Distrital de Faro

### Síntese das actividades de 2008

#### Depósito 5.2

Fundo	Medidas (m.L)
Paroquiais – Duplicados	148
Tribunal Judicial da Comarca de Faro	104,40
Tribunal Judicial da Comarca Lagos	46
Tribunal Judicial da Comarca de Loulé	109,30
Tribunal Judicial da Comarca Olhão	26,55
Tribunal de Família e Menores e Comarca de Portimão	20
Tribunal Judicial da Comarca de V. R. Santo António	102,30
<b>TOTAL</b>	<b>556,55</b>

#### Hemeroteca

O trabalho de inventariação dos jornais algarvios e a reconstrução das suas colecções passaram a ser novamente uma tarefa deste Arquivo Distrital, para isso foi criado um Mapa para se fazer o recenseamento dos jornais e assim poder ter uma listagem para os utentes sempre actualizada.

#### Biblioteca

O trabalho de organização e catalogação dos livros voltou a ser tarefa deste Arquivo Distrital, já que este Arquivo possui colecções bibliográficas importantes para a história do Algarve. Tendo-se, para isso, desenvolvido um projecto de reorganização da Biblioteca, já que esta se encontrava desorganizada, através da classificação CDU, actualizada, arrumação dos livros nas estantes e a sua cotação, para além de se voltar a utilizar as bases de dados em Access que tinham existido até 2004, de forma a que os utentes passem novamente a ter a informação organizada e actualizada.

#### Página Electrónica

Desenvolveu-se um cooperação com a Globo Algarve afim de se passar a Página Electrónica do Arquivo Distrital de Faro para os servidores desta instituição, o que já foi realizado em 2009, ao mesmo tempo que se planeia reconstruir a Página de forma a esta poder responder de forma mais amigável e funcional aos interesses do Arquivo Distrital e dos seus utentes. Também a reformulação do seu conteúdo e a urgente actualização do mesmo, principalmente dos fundos e colecções que não tinham sido alterados desde 2004. Já foram actualizados, no início de 2009, os GF(s) Paroquiais e Notariais.

#### Boletim Informativo

O Boletim Informativo do Arquivo Distrital de Faro, de periodicidade quadrimestral, com a edição do seu nº 8, Setembro 2008, passou a projectar-se como um veículo de comunicação entre o Arquivo Distrital e os habitantes do Algarve, também procurando transformar-se numa plataforma de trabalho e de convívio dos arquivistas que exercem as suas funções nas diversas instituições algarvias. Com este objectivo foram já publicados artigos de diversos arquivistas, tendo, também, o Boletim nº 9, 2009, sido já editado com o ISSN 1647-1725.

Preparam-se as condições, com o apoio da Globo Algarve, para que durante o ano de 2009 o Boletim possa transformar-se numa verdadeira revista editada electronicamente.

João Sabóia  
Director do Arquivo Distrital de Faro

#### FICHA TÉCNICA:

Direcção Geral de Arquivos — Arquivo Distrital de Faro. Rua Coronel António dos Santos Fonseca 8000-257 Faro, telef./ 289 810 640, Fax/ 289 801 525

Sítio na Internet — <http://adfar.algarvedigital.pt> e-mail — [mail@adfar.dgarq.gov.pt](mailto:mail@adfar.dgarq.gov.pt)

Conselho Editorial: João Sabóia; Miguel Vargas e Paulo Mariz

Colaboradores nesta edição: João Sabóia; Miguel Vargas; Isabel Salvado; Nuno Marques e Paulo Mariz

ISSN 1647-1725